

EIXO 2 – Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar

IDEB - ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS: UM ESTUDO NECESSÁRIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Resumo: Apresenta resultados acerca do Ideb nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental em 176 municípios do norte do Rio Grande do Sul. Pelos dados levantados em fontes oficiais (Inep, IBGE), constata-se que a tendência nacional do Ideb da rede pública ser mais elevado nos Anos Iniciais, se repete também, na região do estudo. O Ideb dos Anos Finais demonstra evolução mais lenta corroborando a preocupação com esses alunos. Espera-se que este conhecimento sirva de subsídio à formação de professores para o EF como um todo e tenha repercussão sobre as políticas educacionais dos próprios municípios.

Palavras-chave: Ideb; formação de professores; políticas municipais de educação.

Introdução

O presente trabalho é um desdobramento de outro mais amplo que estuda a presença, ainda persistente, do analfabetismo na região norte do Rio Grande do Sul e a importância do conhecimento localizado dessa realidade, na formação de professores para a alfabetização.

O estudo mencionado, que obteve apoio da Capes/Inep, envolveu dez microrregiões (MR)¹, abrangendo 176 municípios do referido estado. Embora a ênfase de sua abordagem tenha se concentrado, na parte *quantitativa* em questões populacionais (população, analfabetismo por grupos de idade, índices de urbanização, do Idese², PIB³ e Gini⁴), na parte *qualitativa* buscou por meio de entrevistas, contato direto com analfabetos adultos. O mesmo estudo ainda fez o levantamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb desses municípios em dados publicados pelo Inep, dando maior atenção às informações relativas ao ensino fundamental (EF), da rede pública. Dessa forma o escopo do trabalho ora apresentado é o de expor os resultados do Ideb nessa região, por meio da análise de “recortes” mais específicos acerca de alguns dos seus municípios a fim de tornar evidente a importância de aprofundamento de estudos dessa natureza. Tem-se a expectativa que tal conhecimento, em primeira instância, possa servir de subsídio à formação de professores para a alfabetização e o EF como um todo, e, em segunda instância almeja-se que os mesmos tenham repercussão nas políticas educacionais dos próprios municípios.

Embora o escopo da presente exposição não discuta aspectos teóricos mais aprofundados o estudo como um todo se fundamenta, principalmente, em referenciais de Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire. Cada vez mais a questão da cidadania requer

como condição a educação continuada que, por sua vez, se instala desde os processo de alfabetização.

A formação do professor alfabetizador: ações e programas

A formação de professores para a alfabetização apresenta-se como fundamental para o processo de alfabetização e/ou letramento de crianças, jovens, adultos e idosos, pelo fato de permitir continuidade de estudos e garantir uma escolarização prolongada, possível de facilitar o exercício da cidadania e a autonomia social dos adultos no espaço social, político e econômico das sociedades.

A formação docente tem aparecido como prioridade, no contexto nacional do Ministério da Educação, de modo sequencial, em vários programas e ações, entre eles: *Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (2001)* que se caracteriza por contribuir na superação de problemas de sua formação e de seus formadores, procurando suprir a falta de referências de qualidade para o planejamento de propostas pedagógicas que atendam às necessidades de aprendizagem dos alunos, através de situações didáticas e materiais adequados.

Outro é o *Programa Brasil Alfabetizado (2003)*, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste. O projeto mais amplo no qual esta comunicação se insere revelou que esta realidade também está presente, se bem que de forma localizada, na região do estudo, pela concentração de analfabetos em faixas de idade em que não mais se esperaria ou seja, em adultos jovens entre 25 a 59 anos. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. *O Pró-Letramento (2007)*, é um programa de formação continuada de professores para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. (MEC, 2013).

Recentemente, o *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012)*, conta com o compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do ensino fundamental. As ações do Pacto centram-se em um conjunto integrado de ações materiais e de referenciais curriculares e pedagógicos a serem disponibilizados pelo MEC que contribuem para a alfabetização e o letramento tendo como eixo principal a formação de professores⁵. Entre os objetivos do Pacto está a melhora do Ideb.

(MEC, 2013). Convém, ainda, destacar o *Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR (2009)*, um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009⁶ e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

No âmbito do estado do Rio Grande do Sul, o *Fórum Permanente de Formação Docente* define comissões temáticas para a formação inicial e a formação continuada. O Fórum é a instância que reúne representantes da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), e de instituições de ensino superior (IES), públicas e comunitárias do Rio Grande do Sul (SECRS, 2013).

Com toda essa gama de oportunidades acessíveis aos municípios, é natural que se tenha a expectativa de que os problemas que envolvem a qualidade da educação nas escolas, em especial as de EF, no que tange ao menos à formação docente estejam em franca solução, apresentando melhoras visíveis. Será que a realidade dos números e dados disponíveis nas fontes oficiais do governo como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em especial, do MEC/Inep – Ministério de Educação e Cultura e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, confirmam isso?

Em levantamento efetuado junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, com esta finalidade, acerca dos dois municípios-sede das duas maiores MR do estudo (Erechim e Passo Fundo), pode-se dizer que, de modo geral os dados mostram uma realidade promissora. Entretanto, focando a análise apenas no número e titulação de professores alfabetizadores, em exercício por escolaridade (ver Quadro nº 1), evidencia-se, ainda, a presença de professores com apenas o Ensino Fundamental Completo, se bem que em número ínfimo (em 2012 ainda têm quatro professores que atuam em 1º e 3º ano do EF na 7ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação, nessa condição).

Também, ainda no mesmo quadro, é possível perceber a presença de professores alfabetizadores cujo grau de escolaridade concentra-se no Ensino Médio Normal, com habilitação para o Magistério e para a Educação Indígena. No entanto, cabe destacar que em 2012 ainda se encontram professores (3 na 15ª CRE e 5 na 7ª CRE), atuando nos três primeiros anos do EF somente com Ensino Médio, portanto sem a mínima formação para o Magistério. Felizmente, a maior concentração do grau de escolaridade dos professores alfabetizadores está no ensino superior. De 131 professores atuando no 3º ano do EF em 2012, 112 deles (85%), possuem formação em nível superior, na 7ª CRE (Passo Fundo). A situação

é semelhante na 15ª CRE (Erechim): de 102 professores atuando no 3º ano, 86 deles (84%), apresentam este nível de formação.

Quadro nº 1 – Professores em exercício por escolaridade, no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental (EF) de 9 anos – 7ª e 15ª CRE – Rede Estadual – 2011 - 2012

CRE	ANO	EF de 9 anos/ 1º, 2º e 3ºano	PROFESSORES EM EXERCÍCIO POR ESCOLARIDADE						TOTAL
			EF Incompleto	EF completo	Ensino Médio Normal/Magistério	Ensino Médio Normal/Magistério Indígena	Ensino Médio	Superior Completo	
7ª	2011	1º ano	-	-	16	3	1	86	106
7ª	2012	1º ano	-	1	14	2	-	88	105
7ª	2011	2º ano	-	1	16	-	4	100	121
7ª	2012	2º ano	-	-	12	2	5	104	123
7ª	2011	3º ano	-	1	20	-	3	101	125
7ª	2012	3º ano	-	3	12	4	-	112	131
15ª	2011	1º ano	-	-	15	2	2	70	89
15ª	2012	1º ano	-	-	8	4	1	72	85
15ª	2011	2º ano	-	-	12	5	2	72	91
15ª	2012	2º ano	-	-	14	3	2	67	86
15ª	2011	3º ano	-	-	12	5	-	179	196
15ª	2012	3º ano	-	-	11	5	-	86	102

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2011 – SEC RS

Nota: o mesmo professor pode estar em mais de um município ou escola

Aí reside o maior desafio para as IES formadoras de docentes – preparar bem os professores da Educação Básica por meio de propostas curriculares que contemplem questões relativas à qualidade da educação e da alfabetização de todas as crianças. Daí a importância de incluírem em seus currículos de formação de professores conteúdos voltados à questão de políticas educacionais voltadas à superação de dificuldades como o analfabetismo e de incremento à qualidade do ensino não apenas de modo genérico, mas, concretamente embasados em dados de sua realidade regional-local.

Ideb: qualidade da rede de ensino e da escola

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador tem o intuito de auferir a qualidade da educação básica permitindo a comparabilidade em nível nacional e internacional. Em uma escala de zero a dez, sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar,

obtidos no Censo Escolar, e, médias de desempenho nas avaliações do Inep, do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), e da Prova Brasil. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Medido a cada dois anos, seu objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, chegue, como meta, a alcançar a nota 6.0, em 2021 (ano do término do novo Plano Nacional de Educação - PNE, ainda em tramitação no Congresso Nacional), equiparando-se, assim, ao resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais países ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo.

O Ideb nacional no total das redes pública (estadual e municipal), e privada, para os Anos Iniciais – AI, em 2009, atingiu 4.6 e em 2011 chegou a 5.0. Certamente alcançaremos a meta 6.0 para 2021. Nos Anos Finais - AF, o índice revela que as dificuldades são maiores: o mesmo Ideb nacional que em 2009 atingiu 4.0, em 2011 chegou apenas a 4.1. Para 2021 a meta é menos ambiciosa - 5.5 (ver Quadro nº 2). A definição de uma meta nacional para o Ideb em 6.0 significa dizer que o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos mencionados. Essa comparação internacional foi possível devido a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no PISA e no Saeb (MEC, 2013). O mesmo Quadro nº 1 traz os valores observados para o Ideb no total das redes do RS. Chama a atenção que no estado, embora o índice fosse superior ao do Brasil, nos Anos Finais, não houve evolução desse Ideb de 2009 para 2011, conforme pode-se constatar no Quadro nº 2, a seguir apresentado.

Quadro nº 2 - Dados do Ideb TOTAL no Brasil e no Rio Grande do Sul, Anos Iniciais e Finais 2009-2011

Ideb	Observado				Metas	
	Anos Iniciais		Anos Finais		AI	AF
	2009	2011	2009	2011	2021	2021
Brasil	4.6	5.0	4.0	4.1	6.0	5.5
Rio Grande do Sul	4.9	5.1	4.1	4.1	6.4	5.8

Fonte: Pesquisa in: www.ideb.inep.gov.br

O Ideb estabelece resultados para a qualidade da educação básica e tem procedência em grandes projetos internacionais, definidos em anos anteriores ao seu estabelecimento e em ações projetivas, tais como a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos⁷, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990 e a política global em direção à Educação para Todos⁸ (EPT) (UNESCO, 2013).

Mais recentemente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, realizou em março de 2013, o Seminário Internacional "Educação Comparada e novas Abordagens na Formação Docente"⁹. O Seminário teve como objetivo principal debater as conquistas e os desafios da formação de docentes, por meio da análise de experiências internacionais na área de educação assim como debater a Educação Comparada no contexto das necessidades de aperfeiçoamento de professores da educação básica.

Retornando aos dados do presente estudo verifica-se que em 2009, dos 176 municípios 145 desses (82%), possuíam Ideb publicado acerca dos Anos Iniciais, e 159 deles (90%), acerca do Ideb nos Anos Finais (ver quadros nº 5 e nº 6, no próximo item). Fato curioso é que no ano de 2011, contrariando as expectativas de que a cada ano mais completos seriam os dados, e mais municípios teriam seu índice, estes números reduziram-se para 95 municípios (54%), com Ideb publicado acerca dos AI e 146 (83%), acerca dos AF. Esta visível redução, mais acentuada nos AI, intrigou os pesquisadores, pois, a expectativa de comparabilidade dos dados ficaria prejudicada. Possivelmente a razão dessa redução se vincula à Portaria do Inep nº 410 de 3 de novembro de 2011 – a qual faculta aos municípios que implantaram o EF de nove anos em 2008, solicitarem, mediante requerimento ao Inep, a não divulgação dos resultados das avaliações e dos índices do Ideb.

Mesmo com a conseqüente redução na possibilidade de comparabilidade entre os dados (2009-2011), a análise dos indicadores disponíveis permite a configuração de uma realidade que a olho nu não se evidencia facilmente. Aí talvez resida o maior valor de índices dessa natureza: são indicativos e permitem decisões políticas mais adequadas.

Convém destacar que, como todo índice, o Ideb apresenta uma realidade próxima; muitas vezes, analisando-se os valores em sequência, pode-se identificar tendências. Foi essa compreensão que se buscou no presente estudo, com a pretensão de servir como subsídio para o estabelecimento de políticas e ações, em âmbito municipal, considerando as novas administrações em fase de instalação de seus planos de gestão e posterior implementação dessas políticas públicas no âmbito das redes municipais de educação.

Analizando os resultados

Uma primeira análise do conjunto dos dados levantados sobre o Ideb da rede pública nas 10 Microrregiões conforme quadro a seguir, revela várias especificidades. Convém destacar que o Ideb somente da rede pública é inferior ao Ideb Total apresentado no Quadro nº 2.

Quadro nº 3 – Ideb da REDE PÚBLICA observado nos Anos Iniciais e Anos Finais no Brasil, Rio Grande do Sul e em municípios das microrregiões do estudo 2009 – 2011

IDEB	ANOS INICIAIS				ANOS FINAIS			
	2009		2011		2009		2011	
Brasil	4.4		4.7		3.7		3.9	
Rio Grande do Sul	4.7		5.1		3.9		3.9	
Na Microrregião	+ alto	+ baixo	+ alto	+baixo	+ alto	+ baixo	+ alto	+ baixo
Carazinho	6.2	4.4	7.2	4.7	5.4	3.6	4.6	3.4
Cruz Alta	6.2	4.3	6.3	3.7	5.3	3.7	5.3	3.2
Erechim	6.7	4.3	6.7	4.7	6.2	3.0	6.0	3.7
Fred. Westphalen	6.0	3.9	6.8	4.1	5.1	3.3	5.3	3.0
Guaporé	7.3	4.8	8.2	5.2	5.2	2.6	5.6	3.4
Não Me Toque	5.9	5.1	6.3	5.2	5.1	4.1	5.5	3.8
Passo Fundo	6.0	4.2	6.3	4.1	5.5	3.7	5.3	3.7
Sananduva	6.8	2.8	6.0	5.2	5.7	3.5	4.8	3.7
Soledade	6.1	4.3	5.1	3.7	4.3	3.8	4.4	3.5
Vacaria	5.4	3.6	6.4	3.9	4.5	3.0	4.7	2.4*

Fonte: Pesquisa in: www.ideb.inep.gov.br * Município com concentração de área / população indígena

Nos 176 municípios, distribuídos nas 10 MR do estudo mencionado confirmam-se os dados já mencionados em âmbito nacional e estadual ou seja: nos municípios do estudo os Anos Iniciais possuem índices do Ideb, na rede pública, melhores do que os dos Anos Finais. Inclusive se evidencia a estagnação e leve diminuição em relação aos valores do Ideb dos AF entre 2009 e 2011. O exame deste quadro evidencia que em todas as MR os valores mais altos ultrapassam os índices tanto nacionais, quanto estaduais, tanto nos Anos Iniciais, quanto nos Anos Finais do EF, das escolas públicas. Entretanto, esta realidade promissora não se repete em relação aos índices mais baixos: a maioria dos municípios das MR apresenta valores inferiores aos índices médios tanto do Brasil como um todo, como também do próprio estado do Rio Grande do Sul, tanto em 2009 quanto em 2011. Isso deve ser um ponto de atenção a ser cuidado pelas políticas educacionais desses municípios. Poder-se-ia dizer que o desempenho quanto ao Ideb, dos melhores municípios é muito bom, porém, o dos ruins é muito pior.

Somente um olhar mais aguçado sobre os dados detalhados levantados acerca do Ideb no interior das microrregiões (176 municípios), do estudo, permite que outra série de informações sejam explicitadas.

A MR que apresenta índices *mais elevados* do Ideb nos Anos Iniciais, dentre o conjunto dos municípios do estudo (Quadro nº 3), é a Microrregião de Guaporé (ver também Quadro nº 5), composta por 21 municípios. Os índices se apresentam elevados tanto em 2009 (Ideb AI de 7.3 – município de Dois Lajeados), quanto em 2011 (Ideb AI de 8.2 – o mais alto índice constatado em todo este estudo, se encontra no município de Vista Alegre do Prata). Porém, é esta mesma MR que, em 2009, nos Anos Finais, apresenta o mais baixo índice de todo estudo (Ideb AF de 2.6 – município de André da Rocha). Já em 2011 a MR que apresenta o índice mais baixo nos Anos Finais é a de Vacaria (Ideb AF de 2.4 – município de Esmeralda).

Prosseguindo essa análise acerca do Ideb agora quanto aos Anos Finais, embora com índices inferiores aos dos AI, é na MR de Erechim que se concentram os valores mais elevados, tanto em 2009 (município de São Valentim com Ideb AF de 6.2), quanto em 2011 (município de Três Arroios com Ideb de 6.0).

Aguçando o olhar

A análise dos valores do Ideb no interior das MR de Erechim e Passo Fundo, as mais populosas do estudo com 30 e 26 municípios respectivamente, somando 211.653 pessoas e 327.703 pessoas, respectivamente (disponível nas planilhas mais detalhadas do estudo mais amplo), revela que, nem sempre o Ideb segue uma trajetória de ascensão, especialmente nos Anos Finais. Por exemplo, na MR de Passo Fundo, de 24 municípios cuja comparação nos valores do Ideb foi possível de ocorrer, apenas oito municípios tiveram crescimento no valor do Ideb nos Anos Finais, de 2009 para 2011, enquanto nos 16 municípios restantes o Ideb ou permaneceu igual (o que também significa redução considerando a projeção das metas), ou diminuiu. Isso também se repetiu na MR de Carazinho, igualmente em relação aos Anos Finais: de 11 municípios com informações comparáveis, apenas três aumentaram o valor do Ideb de 2009 para 2011; nos oito restantes o valor permaneceu o mesmo (idem observação anterior), ou diminuiu.

Na MR de Cruz Alta de 11 municípios com possibilidade de comparação apenas dois cresceram nos índices contra nove que os reduziram. Mesmo em microrregiões em que o desempenho já poderia ser considerado bom em 2009, como por exemplo, em Não-Me-

Toque, em que todos os valores eram superiores aos do Brasil e aos do RS (ver também quadros nº 5 e nº 6), de cinco municípios com possibilidade de comparação apenas um cresceu no valor do Ideb dos Anos Finais em 2011, inclusive num deles a redução foi tanta que chegou a valor inferior ao do Brasil e do RS (município de Colorado que em 2009 alcançou Ideb AF de 4.6, em 2011 atingiu apenas 3.8).

Ocorrência semelhante, sempre em relação aos Anos Finais do EF, deu-se nas MR de Vacaria e de Soledade. Em Soledade de sete municípios com possibilidade de comparação, cinco ficaram no mesmo valor ou o reduziram; em Vacaria de 12 municípios com possibilidade de comparação, cinco conseguiram avançar, porém, sete estagnaram ou reduziram seus índices.

Tal constatação evidencia um ponto de preocupação tanto para formadores de professores para a alfabetização, quanto para gestores e professores atuantes nas redes públicas. É no final do EF que se pode afirmar que a alfabetização plena no sentido do letramento, garante ao adolescente ou jovem, o prosseguimento de estudos mesmo aqueles que se dirigem à área técnica, em que o domínio da alfabetização tecnológica requer como base a alfabetização dos códigos letrados e numéricos.

Na MR de Erechim, de 30 municípios cuja comparação nos valores do Ideb foi possível de ocorrer, 8 municípios tiveram crescimento no valor do Ideb nos Anos Iniciais, de 2009 para 2011, 4 municípios tiveram decréscimo nos anos iniciais. Nos Anos Finais, de 2009 para 2011, 14 municípios tiveram crescimento no valor do Ideb, 8 municípios tiveram decréscimo e 3 permaneceram iguais (o que significa redução conforme anotação anterior). Salienta-se que Erechim - município sede da MR, apresenta acréscimo tanto nos Anos Iniciais de 2009 para 2011 quanto nos Anos Finais de 2009 para 2011. O mesmo pode-se mencionar em relação à Passo Fundo – município sede da MR, Estes dois municípios definem a tendência da região nos valores do Ideb.

Quadro nº 4 – Ideb da rede pública para os Anos Iniciais e Anos Finais nos Municípios sede das duas maiores MR do estudo – 2009 – 2011

Municípios-sede das Microrregiões de	Ideb Observado				Ideb Metas	
	Anos Iniciais		Anos Finais		AI	AF
	2009	2011	2009	2011	2021	2021
Erechim	5.2	5.9	4.5	4.8	6.7	6.0
Passo Fundo	4.6	4.9	3.8	4.1	6.2	5.7

Fonte: Pesquisa in: www.ideb.inep.gov.br

Percebe-se que o município de Erechim possuía em 2009 e em 2011, tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais, na rede pública, Ideb maior que o do Brasil, que o do Rio Grande do Sul (ver Quadro nº 3), e que o de Passo Fundo (Quadro nº 4)..

Os quadros de nº 5 e de nº 6, a seguir apresentados, demonstram a posição dos municípios da região do estudo em comparação aos índices do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Quadro nº 5 – Total de municípios e municípios com Ideb; número de municípios com Ideb superior aos nacionais e inferior aos do Rio Grande do Sul nos ANOS INICIAIS da rede pública das microrregiões – 2009- 2011

MICRORREGIÃO MR	TOTAL de municípios em cada MR	TOTAL de municípios com Ideb em cada MR	Nº de municípios com Ideb SUPERIOR ao do BRASIL – 4.4	Nº de municípios com Ideb IGUAL OU INFERIOR ao do RIO GRANDE DO SUL – 4.7	TOTAL de municípios com Ideb em cada MR	Nº de municípios com Ideb SUPERIOR ao do BRASIL – 4.7	Nº de municípios com Ideb IGUAL OU INFERIOR ao do RIO GRANDE DO SUL – 5.1
Carazinho	18	14	13	03	8	07	03
Cruz Alta	14	11	10	04	10	09	04
Erechim	30	23	22	01	12	11	02
Fred.Westphalen	27	24	18	11	14	12	04
Guaporé	21	16	16	-	09	09	-
Não Me Toque	07	05	05	-	03	03	-
Passo Fundo	26	21	18	07	13	09	07
Sananduva	11	10	09	03	08	08	-
Soledade	08	07	03	06	05	02	05
Vacaria	14	14	08	07	13	07	09
TOTAL	176	145	122	42	95	77	34

Fonte: Pesquisa In: www.ideb.inep.gov.br

QUADRO Nº 6 - Total de municípios e municípios com Ideb; número de municípios com Ideb superior aos nacionais e inferior aos do Rio Grande do Sul nos ANOS FINAIS da rede pública das microrregiões – 2009- 2011

MICRORREGIÃO MR	TOTAL de municípios em cada MR	2009			2011		
		TOTAL de municípios com Ideb em cada MR	Nº de municípios com Ideb SUPERIOR ao do BRASIL – 3.7	Nº de municípios com Ideb IGUAL OU INFERIOR ao do RIO GRANDE DO SUL – 3.9	TOTAL de municípios com Ideb em cada MR	Nº de municípios com Ideb SUPERIOR ao do BRASIL – 3.9	Nº de municípios com Ideb IGUAL OU INFERIOR ao do RIO GRANDE DO SUL – 3.9
Carazinho	18	13	12	03	13	10	03
Cruz Alta	14	13	11	05	11	06	05
Erechim	30	27	23	06	25	23	02
Fred.Westphalen	27	24	20	07	22	19	03
Guaporé	21	19	17	03	16	14	02
Não Me Toque	07	07	07	-	05	04	01
Passo Fundo	26	25	23	04	24	20	04
Sananduva	11	11	09	02	09	07	02
Soledade	08	08	08	03	07	01	06
Vacaria	14	12	09	06	14	07	07
TOTAL	176	159	139	39	146	111	35

Fonte: Pesquisa In: www.ideb.inep.gov.br

Estes quadros apresentam o comportamento dos índices do Ideb, de modo geral no interior das Microrregiões, permitindo a comparação 2009 - 2011. Consta-se que é elevado o número de municípios com Ideb dos Anos Iniciais bem como dos Anos Finais, cujos índices são superiores ao do Brasil, porém, não se pode olvidar que em ambos os casos, há um bom número de municípios com Ideb igual ou inferior aos do RS. Em **2009** de 145 municípios com Ideb nos **Anos Iniciais** (Quadro nº 5), apenas 23 deles e nos **Anos Finais** (Quadro nº 6), de 159 apenas 20 deles não alcançavam o índice nacional. Porém, buscando comparar o referido comportamento no contexto mais próximo do estado, em 2009, 42 dos municípios da região de estudo, nos **Anos Iniciais** (Quadro nº 5), e 39 nos **Anos Finais** (Quadro nº 6), ainda possuíam índices inferiores ao do RS.

Mesmo considerando a redução do número de municípios com Ideb **em 2011**, a situação não parece ter melhorado: de 95 municípios com Ideb, 34 deles nos **Anos Iniciais** (Quadro nº 5), e 35 deles nos **Anos Finais** (Quadro nº 6), possuíam índices inferiores aos do estado.

Em uma análise mais minuciosa, conjugada a outras informações coletadas no estudo, (FEERS, 2012), observa-se que a Microrregião de Erechim, apresenta grande concentração de municípios com Ideb mais favorável, em especial quanto aos Anos Iniciais (ver Quadro nº 5 e

Quadro nº 3), constituída por 30 municípios encontra-se, na totalidade deles, articulada a um único Conselho Regional de Desenvolvimento – o Corede Norte e a uma única Coordenadoria Regional de Educação - 15ª CRE (SECRS, 2012). Salienta-se que a 15ª CRE tem sob sua jurisdição uma área bem maior (41 municípios), e que ao Corede Norte encontram-se integrados 32 municípios. Nesse caso destaca-se uma quase identificação entre a MR de Erechim, Corede e CRE. Quanto à MR de Passo Fundo observa-se uma aproximação dessa articulação. Dos 26 municípios que a compõem, embora somente dois (2), não pertencem à 7ª CRE, apenas 16 deles encontram-se articulados ao Corede Produção.

Poder-se-ia atribuir a situação mais harmônica em relação à evolução positiva do Ideb na MR de Erechim à congruência territorial e de instituições? Se isso se confirma estaria indicando a necessidade de maior articulação política na gestão do estado o que poderia resultar de esforço coletivos nos blocos regionais de instituições e agregações, em especial nos Coredes e isso poderia surtir efeito na previsão, na organização e na execução de políticas e ações em busca de melhor aperfeiçoamento e desenvolvimento regional, integrando educação, cultura, economia, lazer.

Revigorando algumas conclusões

A realidade mais otimista se concentra nos AI. Nas MR do estudo o Ideb comparável entre 2009 e 2011 sempre evidencia preponderância de valores crescentes em maior número de municípios do que sua manutenção e até mesmo a redução nos seus valores. Isso estimula gestores e agências formadoras a divulgarem que os resultados de investimentos nos Anos Iniciais são muito importantes.

De modo geral se constata que a tendência nacional do Ideb da rede pública ser mais elevado nos Anos Iniciais, se repete também, na região do estudo. Porém, os valores do Ideb nos municípios analisados, relativo aos Anos Finais, demonstram que sua evolução tem sido mais lenta se comparada a do AI, o que corrobora a preocupação com os alunos de idade e classes mais avançadas do EF.

Pode-se, explicitamente, afirmar que preocupa o fato de que, nos Anos Finais, em apenas três (3) das MR do estudo o Ideb mais baixo aumentou de 2009 para 2011. Isso está demonstrando que há necessidade dos gestores e das agências formadoras de professores dispensarem maior atenção aos anos finais, divulgando informações como as contidas nesse estudo, introduzindo-as nos currículos de formação de professores. Se não o fizerem, a curto ou médio prazo isso poderá resultar em impedimento da própria continuidade dos estudos de jovens e crianças, debilitando-os para o exercício pleno de sua cidadania e dificultando

melhor qualificação para o trabalho. Também enfatiza-se a importância das IES prosseguirem na formação de professores para os Anos Iniciais, principalmente para a alfabetização. Em ambos os casos entende-se como urgente a inclusão de maior conhecimento da realidade regional-local nos currículos de formação de professores.

Finalizando, cabe destacar a importância da busca de união de esforços entre municípios próximos por meio dos Coredes, CRES, poder público e agências formadoras no sentido dessa união, por meio de ações coordenadas a fim dessas constituírem-se em mola de propulsão para uma melhor educação para todos.

Notas

¹ A Microrregião é uma categoria geográfica instituída pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, resultante de uma subdivisão do território no interior das Unidades da Federação (estados), a qual apresenta certa especificidade, principalmente, quanto à organização do espaço, envolvendo a estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca, combinando elementos do quadro natural e das relações sociais e econômicas. O Rio Grande do Sul – RS encontra-se subdividido em trinta e cinco (35) microrregiões, as quais abrigam diversos municípios. Em si as microrregiões não se organizam numa perspectiva política de associações de municípios, com vistas a ações coordenadas para o desenvolvimento socioeconômico. Os organismos com esta finalidade específica denominam-se Coredes – Conselhos de Desenvolvimento Regional, os quais reorganizam e redistribuem o conjunto dos municípios. No caso do RS, em 2011, vinte e oito (28), Coredes congregavam os quatrocentos e noventa e seis municípios do estado. (IBGE, 1990, FEE, 2011).

² O Idese é um índice inspirado no IDH. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado do RS, de seus municípios e dos Coredes (ver nota 1), informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. Abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde.

³ O PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de todos os serviços e bens produzidos num ano, numa determinada região do país, do estado, da cidade.

⁴ O Índice de Gini é a medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

⁵ O pacto pretende garantir a formação continuada de 360 mil professores alfabetizadores, que farão cursos presenciais com duração de dois anos. No primeiro ano, com ênfase em linguagem; no segundo, em matemática. Os cursos serão oferecidos no próprio município no qual o professor trabalha. Os profissionais receberão uma bolsa para participar da atividade. A formação será supervisionada por aproximadamente 18 mil orientadores de estudo, capacitados em 34 universidades públicas do país.

⁶ Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 Art. 11, inciso III: a CAPES fomentará a oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam: a) graduados não licenciados; b) licenciados em área diversa da atuação docente; e c) de nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 2013).

⁷ O artigo 1º da Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos aponta para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem sendo uma delas compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (UNESCO, 2013).

⁸ O Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os Objetivos de Educação para Todos até 2015, apesar de ter apresentado importantes avanços no campo da educação ao longo das duas últimas décadas. A UNESCO, agência incumbida da coordenação da política global em direção à Educação para Todos (EPT), monitora a implementação das atividades, avaliando os progressos realizados, analisando as políticas efetivamente formuladas, disseminando conhecimentos sobre as boas práticas e alertando quanto aos desafios emergentes. A UNESCO afirma que o Brasil apresentou, entre outros avanços, a redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos. (UNESCO, 2013).

⁹ O Seminário converge para um momento crucial da história da educação no Brasil em termos de investimento na formação inicial e continuada de milhões de professores da educação básica, que pode se beneficiar de estudos internacionais comparados, de modo a subsidiar o processo de renovação já amplamente institucionalizado pela Capes em programas de pós-graduação no país e no exterior. Neste evento foi lançado o livro "Educação Comparada – Panorama Internacional e Perspectivas", organizado pelo Prof. Robert Cowen da Universidade de Londres e Prof. Andreas Kazamias da Universidade de Wisconsin-Madison, obra que analisa criticamente os desafios desse campo de estudos e suas perspectivas para o futuro.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6755 de 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 29 mar. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em 13 mar. 2013.

_____. Seminário Internacional Educação Comparada e Novas Abordagens na Formação Docente. Disponível em: <<http://seminarios.capes.gov.br/educacaocomparada/apresentacao.html>>. Acesso em : 20 mar. 2013.

FORUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/forum_formacao.jsp?ACAO=acao1. Acesso em: 20 mar. 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA RIO GRANDE DO SUL. COREDES. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 08 set. 2012.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/guia_for_2.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content>. Acesso em: 06 mar.. 2013.

_____. Pro Letramento. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12346&Itemid=700>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

UNESCO- Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação para Todos no Braço Acesso em 12 de mar.2013. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/education-for-all>>.